

**APRESENTAÇÃO DA SÉRIE
ACADÊMICOS/INTELECTUAIS**

Nesta série está um conjunto de entrevistas realizadas com professores universitários, especialistas e acadêmicos sobre questões vinculadas ao campo brasileiro e grandes questões nacionais. Trata-se de indigenistas, economistas, antropólogos e sociólogos que, em algum momento, participaram do debate sobre temas relevantes para as organizações de trabalhadores ou de empregadores no Brasil. Em geral trata-se de entrevistas obtidas como clipping de revistas e jornais.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Ariovaldo Umbelino de Oliveira
- Aziz Ab'Saber
- Bernardo Mançano Fernandes
- Celso Furtado
- Fabio Konder Comparato
- Francisco de Oliveira
- Gerd Sparoveck
- Ignácio de Moura Rangel
- Ignacy Sachs
- José de Souza Martins
- José Eli da Veiga
- Lúcia Helena Rangel
- Luis Carlos Guedes Pinto
- Michael Löwy
- Paulo Bassani
- Raymundo Faoro
- Roberto Romano

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ariovaldo Umbelino de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: No momento da entrevista, era integrante da equipe de Plínio de Arruda Sampaio, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula (II PNRA). Geógrafo, com graduação, doutorado e livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo de Oliveira é especialista em Geografia Agrária. Atualmente, já aposentado da função de professor, exerce função de Diretor do Departamento de Geografia e do Laboratório de Geografia Agrária da USP.

ENTREVISTADOR(ES): Claudia Jardim

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal *Brasil de Fato*

TÍTULO DA MATÉRIA: “É hora de mobilizar para cobrar promessas”

DATA: 01-07/01/2004

LOCAL: São Paulo, SP

OBSERVAÇÕES: Há, no início do material, uma pequena biografia do entrevistado.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.arol	04 páginas	Sim	Entrevista fotocopiada

DESCRITORES:

Governo Lula (2003-2006)

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Movimentos sociais

Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, II)

Política pública

Política de assentamento rural

Reforma Agrária

Violência no campo

SUMÁRIO:

Procurado pelo jornal em razão da sua participação na equipe de elaboração do II PNRA, o entrevistado considera a demora de implementação e a baixa efetivação do II PNRA como reflexo da falta de planejamento do governo Lula para o campo; explica sua compreensão sobre a baixa adesão à reforma agrária pelos gestores públicos do Lula; julga importante haver uma política pública não apenas compensatória, mas transformadora da estrutura econômica dos assentados; apresenta um pequeno histórico sobre o cadastro de terras do Brasil existente no Incra, concluindo haver descompasso entre o que é declarado e o que é utilizado de fato pelos donos de terra; julga ser a política de desapropriação considerada de baixa prioridade pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); explica duas potenciais transformações decorrentes da política de reforma agrária: aumento da oferta de emprego e da oferta de alimentos; perguntado sobre a violência no campo, acredita que não haverá mudanças enquanto houver respaldo e conivência da violência perpetrada pelas elites governantes; antes da aprovação do orçamento no Congresso, alerta o geógrafo que os movimentos sociais precisam se mobilizar politicamente para agilizar o processo burocrático e garantir os melhores resultados; finaliza alertando que, se um governo popular, que é governo Lula, não for capaz de efetivar a reforma agrária pela via institucional, os movimentos sociais buscarão outras alternativas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Aziz Ab'Saber

DADOS BIOGRÁFICOS: Coordenador de Meio Ambiente do Governo Paralelo do PT – Partido dos Trabalhadores; desde a campanha eleitoral de 1989 tem assessorado regularmente Lula e o PT nas abordagens envolvendo a questão ecológica. Paulista de São Luís do Paraitinga (SP); geógrafo formado pela USP – Universidade de São Paulo e professor-visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP.

ENTREVISTADOR (ES): Ricardo Azevedo e Paulo Vannuchi

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Teoria e Debate*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Amazônia e desenvolvimento – O coordenador de Meio Ambiente do Governo Paralelo fala das propostas do partido para a região que abriga a maior floresta tropical do mundo e critica a elite que trata o problema amazônico como uma questão de soberania nacional. ‘A soberania esta na inteligência da nação’, afirma ele”.

DATA: 2º trimestre de 1992; fascículo 18

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.azz	05 páginas	Sim	Fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Amazônia
Atingidos por barragens
Biodiversidade
Comércio exterior
Ribeirinhos
Congresso Nacional
Desenvolvimento agrícola
Desenvolvimento econômico
Desenvolvimento sustentável
Desmatamento
Exploração agrícola
Exportação agrícola
Governo Collor (1990-1992)
Governo federal
Legislação fundiária
Meio ambiente
Projeto Calha Norte
Questão ambiental
Questão ecológica
Questão fundiária
Reserva extrativista
Reserva indígena
Segurança nacional
Subdesenvolvimento
Transporte rodoviário
Usina hidrelétrica

SUMÁRIO:

Discorre sobre o projeto apresentado pelo Governo Paralelo: “Uma proposta para a Amazônia, proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo da floresta em pé”; trata dos motivos do destaque para a Amazônia; fala da preocupação com as propostas governamentais relacionadas ao meio ambiente, pois as considera desconectadas da realidade territorial e social das regiões e do país; dá sua opinião sobre o problema hidrelétrico na Amazônia; traz um panorama da devastação florestal na Amazônia; fala do desmatamento no governo Collor; analisa o interesse externo pela Amazônia e a questão da soberania nacional; apresenta o problema da abertura de estradas na Amazônia; fala da inviabilidade da rodovia do Pacífico na conjuntura política externa atual; defende as reservas extrativistas como um padrão protetor para as populações que faziam o extrativismo no passado; trata da importância da proteção da biodiversidade.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Bernardo Mançano Fernandes

DADOS BIOGRÁFICOS: Assessor da Via Campesina (Brasil). Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera). Membro da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). Membro do Conselho Pedagógico Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

ENTREVISTADOR (ES): Marcelo Medeiros

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Rits – Rede de Informações para o Terceiro Setor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “20 Anos do MST”

DATA: 27/02/2004

LOCAL: Entrevista realizada por email.

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores de Formação e Educação

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.bm	03 páginas	Sim	<i>Clipping digital</i>

DESCRITORES:

Alca – Área de Livre Comércio das Américas
Camponês
Cidadania
Congresso Nacional do MST (I, 1985)
Governo Collor (1989-1992)
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2007)
Luta por terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Transgênicos

SUMÁRIO:

Fala sobre o que representa o MST para garantir a reforma agrária na pauta política; diz que a luta por reforma agrária é mais do que lutar apenas por terra, e isso é importante contra as políticas de controle; analisa a imagem que o MST tem na mídia e a realidade da organização; fala sobre os marcos que consolidaram a organização; fala sobre o MST e Governo Lula.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Celso Furtado

DADOS BIOGRÁFICOS: Paraibano de Pombal é economista; pioneiro em aplicar a análise macroeconômica à realidade histórica brasileira; sustentáculo da filosofia desenvolvimentista elaborada na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina); participou de sucessivos governos (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart) e foi Ministro da Cultura no governo Sarney; radicou-se na França durante ditadura militar, em 1967, como professor da Universidade de Paris.

ENTREVISTADOR (ES): Sheila Grecco

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal *Valor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O Brasil em ruínas”

DATA: 9,10 e 11/06/2000

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

OBSERVAÇÕES: A entrevista faz parte do caderno *Eu-Fim de Semana*, com a reportagem de capa “A cultura do MST”.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.cf	04 páginas	Sim	Fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Crescimento econômico
Economia
Eleições presidenciais
Governo FHC (1995-1998)
Mercado agrícola
Mercado interno
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de terra
Política econômica
Processo de privatização
Reforma agrária
Subdesenvolvimento
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO:

Debate a classificação do Brasil como país de “terceiro mundo”, “emergente”, “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvido”, e defende este último termo; fala sobre a situação da Sudene; debate a aceitação do termo reforma agrária e sua não aplicação; faz uma avaliação positiva sobre o MST, porém questiona o método de “saques e invasões”; discorre sobre a previsão de crescimento do PIB; analisa o crescimento econômico na década de 1970, no governo FHC e no histórico brasileiro em geral; apresenta sua opinião sobre a “dolarização progressiva” para países emergentes; se diz preocupado com uma tendência autoritária no País; defende a abertura do mercado externo, privilegiando, porém, o mercado interno; debate sobre as privatizações; fala sobre o “corrompimento” de Fernando Henrique Cardoso em busca da reeleição; conta os motivos para escrever o livro *Formação Econômica do Brasil*; fala sobre as perspectivas para o Brasil.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fábio Konder Comparato

DADOS BIOGRÁFICOS: Jurista. Em 2005, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência, prêmio entregue pela ONG brasileira Grupo Tortura Nunca Mais àqueles que consideram ter se destacado na luta pelos Direitos Humanos. Publicou, entre outros, o livro “Para viver a Democracia e um Projeto de Constituição para o Brasil”, intitulado “Muda Brasil”.

ENTREVISTADOR (ES): Nelson Letaif

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A Constituinte do nada mudou – Fábio Comparato, o jurista que disse não à Comissão Arinos, aponta os erros do projeto do governo para uma nova ordem constitucional”

DATA: 16/10/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.fkc	05 páginas	Sim	Recorte original e fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Eleições constituintes (1985)
Governo Sarney (1985-1989)
Congresso Nacional
Representação política
Participação popular
Estruturas de poder
Assembléia Nacional Constituinte (1986-1987)

SUMÁRIO:

Defende a Constituinte desvinculada do Congresso Nacional e eleita sem os vícios que deturpam o atual sistema de representação política; revela que não aceitou o convite de Sarney para fazer parte da Comissão Afonso Arinos; mostra-se cético quanto à possibilidade de mudanças profundas na estrutura socioeconômica do País e acredita que a Constituição deva ser elaborada por uma Assembléia Constituinte popular.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fábio Konder Comparato

DADOS BIOGRÁFICOS: Membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e professor titular da Universidade de São Paulo (USP). Nascido em Santos (SP) em 8 de outubro de 1936. Advogado-jurista formado pela USP, [doutoremDireitopelaUniversidade de Paris](#) e doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra.

ENTREVISTADOR(ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Sem Terra*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A constituição dos patrões”

DATA: 21/10

LOCAL: São Paulo

OBSERVAÇÕES: Não consta o ano da publicação no recorte da fotocópia da revista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.fkc2	01 página	Sim	Fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987)
Constituição Federal (1988)
Direito trabalhista
Estado
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de Terra
Reforma Agrária
Trabalhador rural
Trabalho escravo

SUMÁRIO:

Aponta que a Constituição (de 1988) representa a consolidação da política conservadora, tendo significado retórico, principalmente para o trabalhador rural, pois é difícil de colocar em prática os direitos sociais conforme consta na Carta; nessa perspectiva, esclarece que os direitos trabalhistas estendidos aos trabalhadores rurais não correspondem necessariamente a uma conquista, pois o Estado não tem condições de fiscalizá-los, tornando-os irrealizáveis na prática; argumenta que a Constituinte enfraqueceu o Estado – considera que o reconhecimento do Estado da existência de trabalho escravo em 167 imóveis rurais, em 1986, reforça essa tese; com isso, destaca que os trabalhadores devem confiar acima de tudo na sua capacidade de organização, já que a Constituição não representa nada para eles; aponta as razões pelas quais considera que a reforma agrária sofreu uma involução na Constituição; opina que as ocupações de terra são válidas como uma forma de se lutar pela reforma agrária, porém as considera insuficientes – aponta ser necessária uma política de reforma agrária ampla; sugere que o MST tenha maior organização e elabore um grande projeto político para o país, caso queira avançar na luta pela reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Francisco de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: Economista e militante do PT - Partido dos Trabalhadores.

ENTREVISTADOR (ES): Leda Paulani e Fernando Haddad

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Reportagem*, número 41.

TÍTULO DA MATÉRIA: “É preciso manter o estado de rebeldia”

DATA: 02/ 2003

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.co	20 páginas	Sim	Digitada, com marcações de marca-texto

DESCRITORES:

Capitalismo
Celso Furtado (economista)
Classe social
Classe trabalhadora
Congresso Nacional
Conjuntura política
Democracia
Distribuição de renda
Ditadura militar (1964-1985)
Estado
Golpe militar (1964)
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Justiça social
Modernização conservadora
Pobreza
Política econômica
Processo de privatização
PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO:

Faz uma análise pessimista do Governo FHC; analisa a tese de Celso Furtado de que o Brasil tem potencial para se construir como nação; critica a má distribuição de renda; opina sobre o processo de privatização e estatização no Brasil; aborda o processo de acumulação do Estado; critica a “dita” democracia e modernização do Estado; comenta o desenvolvimento social e a renda social de Eduardo Suplicy; comenta os programas de desenvolvimento econômico e social do País; demonstra preocupação com o Governo Lula e a possibilidade de os militantes do PT remarem a “favor da maré”; defende o ‘bem estar social’ como custo prioritário de um governo; fala sobre a visita de Celso Furtado aos bairros miseráveis de Coque e Brasília Teimosa (Recife); reflete sobre a mídia, os chargistas e a opinião pública; explica a expressão “construção interrompida”, de Celso Furtado; faz crítica e comparação ao livro de Élio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*; avalia o começo do Governo Lula.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Gerd Sparoveck

DADOS BIográficos: Professor do Departamento de Solos, Nutrição e Plantas da ESALQ/USP. Trabalhou no desenvolvimento e implantação do SIATe (Sistema Integrado de Avaliação da Viabilidade de Terras para Agricultura Familiar) com o Incra em 2002, para avaliação da Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira, transformado em livro e publicado em 2003.

ENTREVISTADOR(ES): Débora Lerrer

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para o livro *Reforma Agrária: os caminhos do impasse* (São Paulo: Editora Garçon, 2003). Constam no livro depoimentos de gestores públicos, líderes sem-terra, ruralistas e intelectuais a fim de – a partir de perspectivas discordantes – mapear o cenário da reforma agrária no Brasil.

DATA: 2003

LOCAL: São Paulo, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: A entrevista – formatada e editada para fins de publicação - encontra-se disponível entre as páginas 311 e 334. O material disponível em áudio obedece a outra organização daquela encontrada no livro.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

Série: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en Al.k7.gesp	01 fita/k7 90 min	Não	Áudio e suporte bom estado e sonoro. Áudio disponível está incompleto
MP3	MSPP/en Al.mp3.gesp	01h30min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Al.trans.gesp	24 páginas	Sim	Páginas digitadas e impressas em livro.

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agronegócio
Assentamento rural
Banco Mundial
CAF – Consolidação da Agricultura Familiar
Concentração fundiária
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
I Censo Nacional da Reforma Agrária (1996)
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCPR – Projeto de Redução da Pobreza Rural
PCT – Programa Cédula da Terra
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista explicando o motivo da realização da pesquisa sobre a qualidade dos assentamentos rurais, detalhando características do projeto; dentre os resultados da pesquisa, frisa a importância de ter vários modelos para atuação na área fundiária, em decorrência das diferentes características da terra no Brasil; analisa os impactos dos assentamentos, reconhecendo a não alteração do problema fundiário existente.

Fita Única, Lado A: Cita as dificuldades operacionais da realização do Censo da reforma agrária de 1996; explica a importância de se ter diferentes políticas pela reforma agrária para o sul, sudeste e para o nordeste; discute a importância da segurança e subsistência familiar para as famílias rurais.

Fita Única, Lado B: Apresenta sua opinião sobre reforma agrária e diversos mecanismos utilizados para promover acesso à terra; reconhece o projeto de assentamento do governo FHC como positivo, apesar de tecer críticas com relação à qualidade dos mesmos; critica o abandono do trabalho de acompanhamento dos assentamentos pelas agências governamentais; tece comentários sobre o Cédula da Terra e os distingue do PCPR (Projeto de Redução da Pobreza Rural); discute a variação do preço da terra e os riscos de especulação.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ignácio de Moura Rangel

DADOS BIOGRÁFICOS: Autor do livro *A Inflação Brasileira*, foi formado em Direito, mas reconhecido como economista. Ingressou no Serviço Público Federal em 1952, na assessoria do presidente Getúlio Vargas, e integrou o Conselho Nacional do Petróleo, aposentando-se em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Morreu em 1994.

ENTREVISTADOR (ES): Maurício Dias

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O profeta do óbvio – Há 22 anos, o economista Ignácio Rangel vem demonstrando como a inflação está ligada a recessão. Mas essa lição elementar jamais penetrou nas cabeças duras do sistema”

DATA: 20/03/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.ci.ii	06 páginas	Sim	Recorte do periódico

DESCRITORES:

Crise social
Economia
Partido político
Processo de privatização
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Ignácio Rangel fala da inflação; diz ser sempre otimista em crises econômicas, pois a própria economia engendra a saída; questionado sobre a ligação entre a situação econômica e o problema social, afirma que o crescimento explosivo provoca crises explosivas; defende a privatização do setor energético, que está plantado sobre bases podres; sobre a reforma agrária, acredita que há condições políticas para tal e que ela deve começar pela cidade; politicamente, se define de esquerda, mas explica porque nunca se filiou a partidos políticos.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ignacy Sachs

DADOS BIOGRÁFICOS: Economista e diretor do Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris.

ENTREVISTADOR (ES): José Onofre

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “É preciso reaprender a crescer – O Brasil de hoje tem mais condições que o de 50 anos atrás. Como pode ser?”

DATA: 19/10/1983

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.is	05 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Crescimento econômico
Crise econômica
Crise política
Economia
Emprego
Estrutura de produção
Pensamento social brasileiro
Reforma política
Ideologia

SUMÁRIO:

Sachs fala da crise política e econômica no Brasil, apesar de seu potencial de recursos naturais e humanos; argumenta que, para o país crescer, é necessária uma mudança no comportamento e na maneira de pensar e se fazer algumas reformas políticas e sociais capazes de alterar a atual estrutura de mercado interno, a expansão dos negócios e do emprego; diz que a economia brasileira é um encaixe de interesses e que ela beneficia principalmente os bancos; atenta para a imperfeição da ciência econômica atrelada a ideologias, sendo necessário traduzi-la em propostas concretas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e sociólogo de Universidade de São Paulo, especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996, trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR (ES): Alfredo Bosi

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Estudos Avançados*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Sociologia e militância”

DATA: 20 e 27/05 e 10/06 de 1997

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: A entrevista foi revisada pelo entrevistado.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm	50 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

ABC paulista
Capitalismo dependente
Ciências Sociais
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Congresso Nacional
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
Desemprego
Desenvolvimento territorial
Ditadura militar (1964-1985)
Dom Pedro Casaldáliga
Emprego
FHC - Fernando Henrique Cardoso
Florestan Fernandes
Globalização
Governo FHC (1995-2002)
Governo Vargas
Igreja
Legislação trabalhista
Marxismo
Memória social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU - Organização das Nações Unidas
Operários
Protestantismo
PT – Partido dos Trabalhadores
Questão agrária
Reforma agrária
Renda
São Paulo
Terceirização do trabalho
Trabalho escravo

SUMÁRIO:

Fala sobre sua formação intelectual, vida universitária, pesquisa acadêmica e trabalho de campo; faz reflexões e críticas ao 'dualismo'; apresenta considerações sobre a 'teoria da dependência' e globalização; opina sobre o desenvolvimento nacional versus desenvolvimento global; discorre sobre as leis trabalhistas e sobre o uso equivocado do termo 'populismo'; fala de seu interesse pela sociologia do cotidiano e faz considerações sobre a diferença entre vida privada e vida cotidiana; diz que tem interesse pelo estudo e recuperação da memória dos excluídos; fala sobre o medo familiar da repressão no subúrbio de São Caetano; diz que faz releitura de Marx na Universidade com seus alunos; comenta sobre o estudo da escravidão na ONU e sobre a ocorrência desta situação de trabalho no mundo; faz análises gerais sobre renda, desemprego, terceirização e capitalismo; trata da relação e orientação das Igrejas na ditadura

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

militar; trata da relação pessoal com a Igreja, em especial a CPT; analisa a Igreja progressista e a questão agrária; fala sobre D. Pedro Casaldáliga e outros religiosos progressistas; analisa o crescimento de seitas evangélicas e seus impactos; apresenta sua análise sobre a reforma agrária, governo FHC e MST; faz um diagnóstico do ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e Sociólogo de Universidade de São Paulo, especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996 trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Jornal O Companheiro*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O campo está lutando e precisa ser ouvido”

DATA: Final dos anos 1970

LOCAL: Não informado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm2	09 páginas	Sim	Original datilografada

DESCRITORES:

Assalariado rural
Boia-fria
Conflito por terra
Darcy Ribeiro (Acadêmico)
Despejo
Especulação fundiária
Fronteira agrícola
Governo Figueiredo (1979-1985)
Igreja Católica
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Luta por terra
Mecanização agrícola
Mídia e poder
Migração
Pequeno agricultor
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Posseiro
Povos indígenas
PP – Partido Progressista
Projeto de colonização agrária
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
Reforma agrária
Violência no campo

SUMÁRIO:

O entrevistado fala da importância da luta pela reforma agrária nascer no campo e não na cidade; aponta a diversidade das realidades rurais; discorre sobre a luta por reconhecimento dos povos indígenas; defende que há diferenças entre a luta pela redistribuição da propriedade privada da luta por “propriedade do trabalho”, esta característica da luta dos posseiros; fala sobre a necessidade dos movimentos sociais urbanos reconhecerem a existência de uma luta no campo brasileiro; fala sobre a atuação de determinados setores da Igreja na luta pela terra; defende que o “caboclo” não pensa conceitualmente mas “fala com as mãos”, através da ação; ressalta as especificidades dos trabalhadores rurais e suas diversas linguagens sociais e políticas; fala sobre os impactos dos meios de comunicação no campo brasileiro; fala sobre a abstração do poder no imaginário do trabalhador rural; discorre acerca das expulsões decorrentes da acelerada expansão da fronteira agrícola e discorda daqueles que afirmam estarem as fronteiras esgotadas; fala sobre a especulação da terra, a resistência das populações aos deslocamentos e o desencadear de conflitos violentos; comenta a situação dos boias-frias e pequenos produtores agrícolas, o trabalho sindical e a expansão das fazendas que dispensam mão-de-obra; trata do problema gerado na prática sindical ao unir posseiros e peões num mesmo espaço; critica a criação de partidos políticos que tinham em seus programas o trabalhador rural como base, afirma que não há clareza nas propostas de reforma agrária, a exemplo do PMDB e PTB; elogia a proposta do PT, que considera consistente com seu projeto

de classe; afirma que estes partidos baseiam-se no trabalhadores urbanos e impõem uma perspectiva de classe média em seus programas.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e Sociólogo de Universidade de São Paulo (USP), especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996 trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR(ES): Vera Magalhães

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Primeira Leitura*

TÍTULO DA MATÉRIA: Não consta

DATA: Não consta

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: A revista publicou trechos da entrevista concedida, por e-mail, pelo sociólogo.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm3	03 páginas	Sim	

DESCRITORES:

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Conjuntura Política
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Igreja Católica
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Política agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
Socialismo

SUMÁRIO:

Comenta sobre a possível perda de força do MST no segundo mandato do governo FHC e a relação desse fato com o projeto eleitoral do PT para chegar à presidência; avalia procedente a tese de que há um incremento do conservadorismo da Igreja e comenta os impactos dessa mudança na atuação política de membros eclesiais; analisa criticamente a atuação política do MST e do PT diante do governo FHC; comenta a respeito da reorientação do PT para o centro e os efeitos disso para a política de reforma agrária que pode vir a ser tomada pelo partido no caso de uma vitória nas eleições para presidente; fala sobre o papel histórico do MST e da Igreja no questionamento da marginalização de setores da sociedade brasileira; por fim, considera que o projeto de reforma agrária do governo FHC tem como matéria-prima essencial as experiências do MST e da igreja, embora essas instituições não reconheçam esse fato.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e Sociólogo de Universidade de São Paulo (USP), especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996 trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR (ES): Elias Ribeiro Pinto

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Diário do Pará

TÍTULO DA MATÉRIA: “O problema fundiário ameaça democracia”

DATA: 14/05/2000

LOCAL: Belém/PA

OBSERVAÇÕES: Entrevista editada para caber no espaço disponível no jornal.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm4	03 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Amazônia
Estatuto da Terra
Estruturas sociais rurais
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo Federal
Igreja
Mídia e poder
Modernização da agricultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Questão agrária
Segurança nacional
Socialismo
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Comenta o tratamento dado pela Revista Veja ao MST, que considera agressivo; avalia o conteúdo do discurso do MST no que se refere às propostas de mudança social e afirma que o que ele entende como um verbalismo do movimento é fruto de um desencontro entre sua prática e teoria; julga que os valores e as estruturas sociais do movimento são conservadoras, familistas e comunitárias e que propõe uma modernização agrícola, tecnológica e da divisão do trabalho muito avançada para a agricultura familiar; avalia que o programa de assentamentos do MST tem tido uma perspectiva neocapitalista e comunitário-desenvolvimentista, o que considera ser uma reinvenção social; sugere ser possível denominar essa experiência de socialista cristã; comenta os efeitos do programa político do MST, que tem distanciado alguns interlocutores e também os sujeitos do movimento, que ficam submetidos à mediação de grupos sociais e políticos; ainda em relação a esse debate, avalia que a Igreja tem estado muito confusa em relação ao tema da ousadia, privando-se de influenciar nesse processo por temer ser acusada de conservadorismo e de deslealdade aos pobres; comenta seu livro “A Militarização da Questão Agrária no Brasil”, que trata da transformação da questão agrária em questão de segurança nacional (expressado na criação do Estatuto da Terra e do GETAT, por exemplo); esclarece que não acredita que a ameaça recente do governo convocar o Exército para combater o MST signifiquem um risco de re-militarização da questão agrária; comenta como percebe algumas ações do MST, que acabam, em algumas situações, violando direitos humanos; aborda a dificuldade da esquerda de lidar com os regionalismos, destacando, em especial, o papel da Amazônia; explica que a ignorância e a falta de estudo na prática política podem fazer do revolucionário um conservador, de práticas corporativistas e fascistas; entende que o MST é conservador no sentido positivo, pois conserva valores como a família, a religião, a comunidade e a terra, porém sua retórica socialista está em desencontro com a prática, correndo sério risco de se tornar instrumento involuntário de grupos ideológicos que não têm um grande apreço pelos trabalhadores rurais.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Eli da Veiga

DADOS BIográficos: Engenheiro Agrônomo, Economista e professor universitário do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Foi técnico do Ministério da Agricultura em Portugal e assessor do projeto de reforma agrária portuguesa de 1974. No Brasil, dirigiu a política de assentamentos do governo Franco Montoro, trabalhou na Superintendência do Inbra de São Paulo e foi secretário do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado ao MDA, durante o governo FHC.

ENTREVISTADOR(ES): Débora Lerrer

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para o livro Reforma Agrária: os caminhos do impasse (São Paulo: Editora Garçon, 2003). Constam no livro depoimentos de gestores públicos, líderes sem-terra, ruralistas e intelectuais a fim de – a partir de perspectivas discordantes – mapear o cenário da reforma agrária no Brasil.

DATA: 13/10/2003

LOCAL: São Paulo, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: A entrevista – formatada e editada para fins de publicação - encontra-se disponível entre as páginas 293 e 310. O material disponível em áudio obedece a outra organização daquela encontrada no livro e contém apenas a parte inicial da entrevista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

Série: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en Al.k7.jove	01 fita/k7 60 min	Não	Áudio e suporte bom estado e sonoro. Áudio disponível incompleto.
MP3	MSPP/en Al.mp3.jove	00h59min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Al.trans.jove	17 páginas	Sim	Páginas digitadas e impressas em livro.

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agronegócio
Assentamento rural
Banco da Terra
Crédito rural
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
I Censo Nacional da Reforma Agrária (1996)
Portugal
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Fita Única, Lado A: Descreve longamente sobre algumas características agrárias de Portugal e fala da sua participação na reforma agrária desse país; cita outros modelos de reforma agrária, distintos daquele realizado em Portugal; explica seu conceito de reforma agrária; apresenta alguns dados sobre o processo de reforma agrária no Japão; explica que no Brasil não há reforma agrária, mas um programa de assentamentos que não muda a estrutura fundiária; tece comentários sobre o contexto econômico e político das medidas implementadas pelo governo FHC e pelo governo Lula; explica a importância da ponderação entre reforma agrária e a aplicação do dinheiro em outros projetos, como educação e saúde; discorda sobre uma possível conspiração para dificultar a implementação da reforma, atribuindo os problemas à conjuntura econômica.

Fita única, Lado B: Retoma alguns dados sobre a reforma agrária no mundo; explica ser a reforma agrária uma política de redistribuição de riqueza; discorre sobre semelhanças e divergências da agricultura familiar e do agronegócio; considera estar a agricultura familiar realizando um quase “revolução silenciosa” no campo, revolução mais de tipo conservadora do que inovadora; chama atenção para variação das categorias do censo de 1996, mascarando especificamente os pequenos proprietários; frisa a dificuldade de manutenção da população no campo globalmente; critica o fim do Banco da Terra e tece alguns comentários sobre o projeto; distingue os sindicalistas da Contag dos agricultores do sul do país; discute um tipo de gestão ideal para os assentamentos rurais; vê mais futuro na expansão do Pronaf do que na política de assentamento, pelo fato da agricultura necessitar de algum empreendedorismo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Lúcia Helena Rangel

DADOS BIOGRÁFICOS: Antropóloga e professora da PUC/SP, é assessora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

ENTREVISTADOR (ES): Antonio Carlos Prado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Istoé Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: A tribo é uma só – Para a antropóloga paulista Lúcia Helena Rangel, a luta pelos direitos dos índios coincide com a defesa da cidadania a todos os excluídos no País.

DATA: 03/05/1989

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.lhr	03 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Amazônia
Conflito por terra
Demarcação de terras indígenas
Desmatamento
Exército Brasileiro
Malária
Meio ambiente e saúde
Política indigenista
Projeto Calha Norte
Questão indígena

SUMÁRIO:

A antropóloga critica a política de integração do índio na sociedade brasileira proposta pelo então Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, pois ela significa a desintegração e descaracterização do índio; explica o tratamento desrespeitoso dado pelos militares, no último século, à questão indígena, principalmente na fronteira (como no Projeto Calha Norte) e do interesse pela terra por trás dos conflitos; defende as reservas indígenas e fala sobre a saúde do índio na cidade e no campo; diz que a malária na Amazônia aumenta com o desmatamento.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Luiz Carlos Guedes Pinto

DADOS BIOGRÁFICOS: Membro da Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista desenvolvida para pesquisa: “Reforma Agrária: Concepções, controvérsias e questões”, financiada pelo IBASE.

DATA: 1990

LOCAL: Sede da Abra; Campinas/SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. Al.k7.lcg	01 Fita Micro K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico. Áudio regular (desequalizado)
MP3	MSPP/en. Al.mp3.lcg	00h46min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Abag - Associação Brasileira de Agribusiness
Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária
Agroindústria
AI-9 - Ato Institucional nº 9
Constituição federal brasileira (1988)
Ditadura militar (1964-1984)
Especulação fundiária
Estatuto da Terra
Função social da terra
Golpe militar (1964)
Governo Collor (1990-1992)
Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Índices de produtividade
José Gomes da Silva (Abra)
Movimento sindical
Movimentos sociais
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
Poder público
Processo de desapropriação
Setor financeiro
Setor industrial
Terra improdutiva
UDR – União democrática ruralista

SUMÁRIO:

Lado A - O entrevistado fala sobre a Abra e as mudanças de perspectiva que observou em relação à reforma agrária desde o governo militar; diz que houve tentativas de envolver o empresariado na reforma agrária porém, desde o início, ficou claro o interesse do setor financeiro e comercial em investir em terra para especulação fundiária ou complexos agroindustriais; conta que na década de 1970 a Abra, principalmente através de José Gomes da Silva, tentou sensibilizar os militares à questão agrária; fala sobre o AI 9 no governo Costa e Silva; analisa as possibilidades da reforma agrária de acordo com a legislação em vigor; defende que é um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra e mesmo ao AI 9; aponta as principais contradições contidas na Constituição de 1988; afirma que há potencial para uma sensibilização da sociedade civil em relação à reforma agrária; narra os principais pontos de dificuldade para desenvolver o debate; fala sobre os defensores da reforma agrária como meio para aumento da produtividade, oferta de alimentos e erradicação da fome; explica as diferentes formas de pensar abastecimento como política pública; fala sobre a posição do empresariado em relação à reforma agrária; critica o modelo da monocultura para exportação como uma redução do problema à questão econômica; analisa o governo Collor e afirma que uma série de militares permanecem em setores estratégicos das instituições de poder; discute a posição dos militares em relação à reforma agrária;

Lado B - afirma que a OCB e Abag, apesar de tentarem se distanciar da UDR, não têm uma posição clara sobre a reforma agrária; analisa a possibilidade de realização da reforma agrária

via institucional; compara a mobilização dos movimentos sociais, principalmente sindical, nos anos de 1968/70 com a daquele momento, e afirma que os movimentos estariam menos articulados do que no momento anterior.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Michael Löwy

DADOS BIOGRÁFICOS: Cientista Social. Natural de São Paulo (SP), nascido em 06/04/1938. Sua família, de tradição judaica e original da Áustria, veio emigrada ao Brasil na década de 1930. Formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) em 1959. Pensador socialista da linha marxista, foi integrante do Partido Socialista e do movimento “Liga Socialista Independente”, inspirado em Rosa Luxemburgo. Também participou da fundação da organização Política Operária (POLOP). Em 1961, Löwy inicia seu Doutorado, também em Ciências Sociais, na Universidade de Sorbonne, sob a orientação de LucienGoldmann. Concluída a tese em 1964, Löwy foi pesquisador-professor na Universidade de Tel-Aviv, Israel, retornando a Paris já na década de 1970 para assumir a função de professor de Sociologia do *Centre National de la Recherche Scientifique*, no qual hoje ainda trabalha como diretor.

ENTREVISTADOR(ES): Sandra Silva

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Fundação Perseu Abramo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Enterrar o marxismo é prematuro”

DATA:22/05/2006

LOCAL: São Paulo, SP

OBSERVAÇÕES: Entrevista concedida em razão da vinda do entrevistado ao Brasil para lançamento do livro “O marxismo na América Latina”, organizado pelo próprio e lançado pela editora Fundação Perseu Abramo. O material foi originalmente produzido e veiculado pelo Jornal do Brasil, conforme informações contidas no corpo da matéria. O texto na íntegra, também disponível virtualmente, pode ser encontrado em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/entrevista-com-michael-lowy> (último acesso em: 02 jul. 2014).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.milo	03 páginas	Sim	Entrevista digitada, impressa.

DESCRITORES:

América Latina
Cristianismo
Marxismo
Movimento Sindical
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PT - Partido dos Trabalhadores
Revolução Cubana
Teologia da Libertação

SUMÁRIO:

Com base nas ideias destacadas no livro “O marxismo na América Latina”, organizado pelo entrevistado, Löwy aponta as três fases do marxismo na América Latina; explica sucintamente a evolução dos partidos revolucionários na América Latina, sendo o Brasil um dos países com menor apoio popular; reforça o peso dentre os países latino-americanos das concepções com base no pensamento cristão, frisando – em especial – a importância da Teologia da Libertação; bem como a Teologia da Libertação, julga que o marxismo também continua ativo, ao ter inspirado, por exemplo, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); menciona o papel revolucionário do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pela bandeira em prol da reforma agrária; analisa o difícil momento do movimento sindical mundial, que combate às políticas neoliberais de corte de mão-de-obra e redução de jornada de trabalho; por fim, analisa a revolução cubana que, inicialmente, mostrou-se autêntica e democrática, mas, com adesão ao socialismo soviético, desvirtuou-se. Apesar de algumas ressalvas, conclui o entrevistado que há um substrato distinto em Cuba, decorrente do apoio popular à revolução.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Bassani

DADOS BIOGRÁFICOS: Graduado em Filosofia e Ciências Sociais, fez mestrado em Sociologia Rural na UFRGS, tornando-se professor da UEL em Londrina. Fez doutorado na PUC-SP.

ENTREVISTADOR (ES): Chico Amaro

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal *Terra Vermelha* (Londrina)

TÍTULO DA MATÉRIA: “Movimentos Sociais – Uma ótica para ver o MST”

DATA: Não consta

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.pb	06 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Ciências Sociais
Democracia
Governo Lula (2003-2010)
Justiça agrária
Mídia e poder
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Política institucional
PT – Partido dos Trabalhadores
Poder judiciário e reforma agrária
Representação política

SUMÁRIO:

Fala do comportamento da academia frente ao MST e sua dificuldade de entender a “heterogeneidade da base social do movimento, suas formas de representação e a especificidade de suas demandas”, principalmente nas Ciências Sociais; critica as informações distorcidas pela mídia e impactos precipitados na academia; acredita que o papel do MST na construção de uma democracia participativa emancipada, política e socioeconômica é um grande desafio teórico a ser entendido; acredita que o MST tenta romper com a ordem política tradicional, apostando na construção de novas instituições políticas; fala que a relação entre MST e PT no início era de aproximação e, no governo Lula, cada vez se afasta mais; aborda o caráter e a forma de fazer política do Movimento; lembra o caso da prisão do líder José Rainha e discute as decisões polêmicas do Judiciário quando o assunto é MST.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raymundo Faoro

DADOS BIOGRÁFICOS: Historiador, jurista e ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Nasceu em Vacaria (RS), filho de agricultores, formou-se em Direito, em 1948, pela UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Transferiu-se, em 1951, para o Rio de Janeiro, onde advogou e fez concurso para a Procuradoria do Estado. Foi presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de 1977 a 1979, tendo lutado pelo fim dos Atos Institucionais do regime militar (1964-1985) e ajudado a consolidar o processo de abertura democrática nos anos 70. Autor de *Os donos do poder*.

ENTREVISTADOR (ES): Maurício Dias

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Contra a conciliação – Raymundo Faoro acha inúteis os pactos de Sarney, critica a fuga do PMDB ao seu compromisso reformista e só vê solução na Constituinte já”

DATA: 31/07/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP.en. Al.cli.rf	05 páginas	Sim	Recorte do periódico

DESCRITORES:

Crise política
Ditadura militar (1964-1984)
Economia
Eleições constituintes (1986)
Estruturas de poder
Governo Sarney (1985-1989)
Participação popular
Representação política
Revolução social
Soberania popular

SUMÁRIO:

Trata da crise política que o país atravessava; aborda a Constituinte, para a qual defende a soberania popular; faz um histórico do processo de elaboração das Constituições Brasileiras; analisa o governo Sarney: “um presidente que preside e não governa”; acredita que a transformação não ocorre, pois a representação política é distorcida, o sistema eleitoral é viciado, o coronelismo ainda é vigente e o controle dos mecanismos econômicos e financeiros é forte.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Roberto Romano da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor do Departamento de Filosofia e Política da Unicamp e especialista no tema da Igreja e seu campo político

ENTREVISTADOR (ES): Nelson Letaif e Nirlando Beirão

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A Igreja socialista é um mito – Segundo Roberto Romano, da Unicamp, mesmo o clero progressista é a favor da propriedade e contra a socialização dos meios de produção”

DATA: 29/02/1988

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.rrs	05 páginas	Sim	Cópia do periódico

DESCRITORES:

CNBB– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Estado e Igreja

Governo Sarney (1985-1989)

Igreja

Mediação política

Modernização conservadora

Reforma agrária

Religião e política

Socialismo

SUMÁRIO:

Aborda o episódio no qual a CNBB emitiu um documento criticando o governo Sarney, porém afirma que o caráter da crítica é mediador e não radical; diz acreditar que a Igreja vê a reforma agrária apenas na perspectiva de uma modernização conservadora e não socializante.